

*Lembrança, esquecimento e reparação histórica: o  
bolsonarismo e a memória da Guerrilha do Araguaia*

**Francisco das Chagas Silva Souza**

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO  
NORTE

**Diana Rodrigues dos Santos**

ORDEM DO ADVOGADOS DO BRASIL /RN

---

**ABSTRACT**

---

This article analyzes the use and disputes of memory about the Araguaia Guerrilla, based on the tribute paid by former president Jair Bolsonaro to Major Curió, accused of atrocities during that conflict. The methodology consisted of a bibliographical review and consultation of the press and documentary records. It was found that the Guerrilla was a subject of voluntary oblivion during the Civil-Military Dictatorship and that, even today, there is a struggle between the defenders of official memory and the groups seeking to reconstitute the memory of the victims of repression and to make historical reparations.

**Keywords:** Memory, Narrative, Civil-Military Dictatorship, Araguaia Guerrilla, Right-wing extremism.

Neste artigo, analisa-se o uso e as disputas da memória acerca da Guerrilha do Araguaia a partir da homenagem feita pelo ex-presidente Jair Bolsonaro ao Major Curió, acusado de atrocidades durante esse conflito. A metodologia constou de revisão bibliográfica e de consulta à imprensa e registros documentais. Constata-se que a referida Guerrilha foi motivo de esquecimento voluntário durante a Ditadura Civil-Militar, e que, ainda hoje, há uma luta entre os defensores da memória oficial e os grupos que buscam a reconstituição da memória das vítimas da repressão e uma reparação histórica.

**Palavras-chave:** Memória, Narrativa, Ditadura Civil-Militar, Guerrilha do Araguaia, Extrema-direita.

---

## Introdução

Em 31 de março de 1964, os militares, com o apoio de setores civis da sociedade (elites empresariais, Igreja Católica, classe média, dentre outros) e do governo dos Estados Unidos, tomaram, à revelia, o controle do Estado Brasileiro, iniciando um período de 21 anos de Ditadura Civil-Militar.

O golpe de Estado de 1964 ficou, durante mais de duas décadas, denominado como “Revolução Democrática de 1964”, haja vista que, segundo o governo instalado, os militares salvaram o Brasil de uma ditadura comunista prestes a ser introduzida pelos movimentos sociais que cresciam nas cidades e no campo nos anos de 1950 e que perduraram até os primeiros da década de 1960. No cenário da Guerra Fria, tais ações, organizadas pelas classes trabalhadoras, eram vistas como ameaças comunistas orquestradas com o apoio do bloco socialista. O temor da população aumentava mediante a divulgação de sofismas sobre o comunismo associando-o a temas como ateísmo, fim da propriedade privada e dos comportamentos considerados “moralmente adequados” para a época.

Todavia, mais de três décadas após a redemocratização, vê-se o crescimento, no Brasil, da extrema-direita com o uso de uma retórica cômpar àquela difundida na década de 1960, agora por meio da internet. As redes sociais têm funcionado como veículos disseminadores de factoides cada vez mais amplificados, pois ainda não possuem mecanismos de regulamentação específicos<sup>1</sup>. Assim, as *fake News* – termo que se refere às notícias propagadas sem comprovação de sua veracidade – são criadas e disseminadas para milhões de pessoas por meio de *bots* – contas virtuais automatizadas – que, em sua maioria, derivam de redes sociais, sendo executadas por meio de contas ilegítimas.

Para não incorrerem em generalizações, é preciso realçar a existência de uma imprensa que permite reflexões e debates entre defensores de ideias opostas, além de jornalistas considerados independentes por não estarem ligados às corporações midiáticas ou grupos políticos e empresariais. Porém, grande parte das mídias tem atuado como difusora de discursos distorcidos a serviço de quem as financia. A situação se agrava quando percebemos que, às retratações resultantes de sanções jurídicas, não é dado o mesmo peso e celeridade dos factoides que estas desmentem.

---

<sup>1</sup> Atualmente, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei Nº 2630/2020, conhecido como PL das *Fake News*, de autoria do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) que tem por objetivo estabelecer normas, diretrizes e mecanismos de transparência das redes sociais e de serviços de mensagens privadas por meio da internet. Entretanto, para muitos da imprensa, esse PL tem o objetivo de censurar os órgãos de comunicação.

É nesse contexto que podemos entender a construção, pela extrema-direita, nas eleições de 2018, de uma fábrica de “notícias” cujo objetivo era uno: eleger o candidato Jair Messias Bolsonaro, cujo lema de campanha – “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” – evidenciava o radicalismo nacionalista e o desprezo à laicidade do Estado, conforme versa a Constituição brasileira. Sua predicação pela defesa da família tradicional aos moldes edificadas pela extrema-direita, corroída pela deturpação de conceitos como “ideologia de gênero”, defendidos pelo então candidato e contou com o apoio de instâncias tradicionalistas da sociedade, sobretudo do nicho evangélico.

Após ser eleito, o então Presidente Bolsonaro e seus prosélitos deram continuidade à veiculação do “terror comunista” utilizando-se de velhos clichês, mas que ainda funcionavam para grande parte da sociedade. Em defesa da Ditadura Civil-Militar, o mandatário defendia que esta não passou de uma “revolução” que libertou o Brasil dos comunistas. Para enfatizar seu pensamento e confrontar os setores progressistas, prestou uma homenagem ao Tenente-Coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura (1943-2022), conhecido como Major Curió, em 05 de maio de 2020, concedendo-lhe o título de herói do Brasil, fato divulgado pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM).

O episódio foi difundido de forma massiva e gerou críticas da imprensa e de parte da sociedade, sobretudo de familiares dos presos, mortos e desaparecidos políticos durante a Guerrilha do Araguaia, no sudeste do estado do Pará, na qual o Major Curió atuou como comandante da repressão contra os opositores do regime.

Percebe-se que, cinco décadas depois da referida Guerrilha, esta ainda tem gerado polêmicas em torno da disputa pela memória por parte dos defensores da Ditadura Civil-Militar e setores da sociedade que defendem o esclarecimento de fatos, a revisão da história do Regime Militar no Brasil e a reparação dos direitos de centenas de pessoas perseguidas por este.

Diante disso, nosso objetivo, neste artigo, é discutir os usos, controles e disputas pela memória da Guerrilha do Araguaia, cinquenta anos após esse fato, a partir da homenagem feita pelo então presidente Bolsonaro ao Major Curió. Pretende-se, assim, compreender as disputas entre o governo Bolsonaro e os defensores dos direitos humanos pela “construção” de uma memória da Ditadura Civil-Militar. Da mesma forma que Motta (2013), consideramos que o contexto atual estimula o debate e a pesquisa acerca do passado político recente. Para esse autor, há um quadro internacional favorável, pois vários países recém-saídos de regimes repressivos têm buscado acertar as contas com o passado próximo, seja nas investigações sobre o conhecimento e a verdade sobre a violência política, seja levando a júri os violadores dos direitos humanos.

Nossa investigação se amparou inicialmente em uma revisão bibliográfica a partir do uso de livros e trabalhos acadêmicos que tratam da Guerrilha do Araguaia. Buscamos também conhecer as narrativas das vítimas registradas nas produções da Comissão Nacional da Verdade e em documentários acerca desse fato. Ademais, foram utilizadas matérias da imprensa que tratam da homenagem feita ao Major Curió, pois, segundo Peixoto (2011, 483), “Muito das informações disponíveis hoje sobre a guerrilha se deve a matérias jornalísticas, que revelaram a memória e evitaram o esquecimento”.

Para a nossa discussão acerca da memória, selecionamos quatro autores que versam de forma clássica sobre o tema: Walter Benjamin (1994), Jacques Le Goff (1990), Michael Pollak (1989, 1992) e Pierre Nora (1993). As discussões realizadas por estes quanto ao uso da memória, a relação desta com a identidade e a construção de narrativas fornecem uma base sólida para compreendermos a importância e as limitações para a reconstituição da memória da Guerrilha do Araguaia.

O artigo está dividido em duas sessões, além desta introdução e das considerações finais. Por compreendermos que a ascensão da extrema direita no Brasil nas últimas eleições não é um fato isolado, abordá-la-emos na sessão a seguir; posteriormente, discutimos as nuances que compõem a homenagem ao Major Curió no que diz respeito ao uso, abuso e controle da memória pelo Poder Executivo e, a contrapelo deste, o desejo de reparação histórica pela sociedade civil.

### **A ascensão da extrema-direita no século XXI**

Atualmente, observa-se o avanço de movimentos políticos de extrema-direita em diversos países do mundo, inclusive no Brasil. Tal conjuntura político-ideológica mostra-se cada vez mais arraigada a preceitos que estabelecem uma ideia deturpada sobre patriotismo e soberania, que suscita o arquétipo da extrema-direita: nacionalismo, xenofobia, racismo, dentre outros aspectos.

Conforme Löwy, a extrema-direita está presente em quase todo o continente europeu:

O fenômeno não encontra precedentes desde os anos 1930. Em muitos países, a direita xenófoba já havia obtido entre 10% e 20% dos votos durante a última década; em 2014, em três países (Reino Unido, Dinamarca, França) alcançaram de 25% a 30%. Além disso, sua influência é maior do que o seu próprio eleitorado: suas ideias contaminam também a direita “clássica” e até parte da esquerda social neoliberal. O caso francês é o mais sério deles, com o avanço da Frente Nacional excedendo até mesmo as previsões mais pessimistas. Como escreveu em um editorial recente o site Mediapart, “são cinco minutos para meia-noite”. (2015, 653)

Nesse processo de avanço da extrema-direita, merece destaque a Itália cuja candidata de ultradireita Giorgia Meloni foi eleita para o cargo de Primeira-Ministra pelo partido “Fratelli d’Italia” (Irmãos da Itália). Ao ser diplomada, em 25 de outubro de 2022, Meloni discursou para o Parlamento, garantindo que não possuía qualquer relação com o fascismo (Brasil de Fato 2022).

Na América do Norte, a extrema-direita também obteve seu quinhão com a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais estadunidenses, em 2016, pelo Partido Republicano (considerado mais conservador) que impulsionou a crise da democracia já perceptível há algum tempo (Miguel 2021, 2). Desse modo, o presidente americano tornou-se uma referência da extrema-direita, cativando seguidores que se conectam com as ideias nacionalistas e reacionárias que estimulam a propagação do discurso de ódio culminando na insurreição de 6 de janeiro de 2021, quando trumpistas invadiram o Capitólio, em Washington D.C. Motivou esse fato a não aceitação do resultado das eleições que derrotaram Trump e levou ao poder o seu opositor Joe Biden. Isso mostra uma faceta da extrema-direita que vem se destacando nesses últimos anos: desacreditar das instituições que asseguram o Estado democrático de direito.

Quanto ao Brasil, Löwi (2015) apresenta algumas semelhanças entre a “nossa” extrema-direita e a francesa: a ideologia repressiva, a violência policial, a defesa da pena de morte feita por políticos da chamada “bancada da bala”; e a intolerância com as minorias sexuais, em particular os homossexuais. Porém, para o sociólogo francês:

O elemento mais preocupante da extrema-direita conservadora no Brasil, que não tem um equivalente direto na Europa, é o apelo aos militares. O chamado a uma intervenção militar, o saudosismo da ditadura militar, é sem dúvida o aspecto mais sinistro e perigoso da recente agitação de rua conservadora no Brasil, ativamente promovido pelo PIG, o Partido da Imprensa Golpista (Löwy 2015, 663).

No cenário de expansão da extrema-direita, no Brasil, foi eleito Presidente da República, em 2018, o então deputado federal Jair Messias Bolsonaro, depois de mais de dez anos do Partido dos Trabalhadores (PT) no comando do país. É basilar a compreensão de que a vitória de Bolsonaro foi referendada por uma série de manobras políticas que tiveram início alguns anos antes e que levaram ao *impeachment* da Presidenta Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016, a primeira mulher brasileira a ser eleita democraticamente para esse cargo.

“O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe”, como afirma Jinkings (2016), simbolizou uma ruptura indubitável no tentame democrático iniciado no Brasil, em 1985, uma vez que a ordem conclamada pela Constituição de 1988 asseverava a manutenção das premissas mínimas do que se espera de um

Estado Democrático de Direito. Jinkings (2016), na apresentação da obra *Por que gritamos golpe?* faz uma síntese dos antecedentes e do desfecho do golpe:

O golpe propriamente dito remonta a 29 de outubro de 2015, quando foi lançado, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), copartícipe do governo e sigla do vice-presidente Michel Temer, o plano *Uma ponte para o futuro*; em 2 de dezembro o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha [...] abriu o processo de impeachment contra a presidente, alegando crime de responsabilidade com respeito à lei orçamentária e à lei de improbidade administrativa – as decantadas “pedaladas fiscais”; em 29 de março de 2016 o PMDB se retirou do governo; no dia 17 de abril o plenário da Câmara aprovou o relatório favorável ao impedimento da presidente, numa sessão em que parlamentares indiciados por corrupção e réus em processos diversos dedicaram seu voto a Deus e à família, numa espetacularização execrável da política; em 12 de maio, o Senado Federal também aprovou a abertura do processo que culminou no afastamento de Dilma Rousseff da presidência, até que seja concluído (Jinkings 2016, 12).

Com o golpe, toma posse seu vice-presidente Michel Temer, copartícipe do governo pelo PMDB. Miguel, ao analisar as medidas tomadas pelo governo Temer faz um exercício de “previsão” de futuro e acerta:

O governo avança, o mais rápido que pode, na agenda de retrocesso que se deseja impor ao país – entrega do patrimônio público, avanço do fundamentalismo, retirada de direitos trabalhistas, criminalização do pensamento crítico, recuo da legislação ambiental, arbitrariedade escancarada da força policial, cortes nas políticas sociais, tributação regressiva. O Supremo Tribunal Federal, suposto guardião da Constituição, permanece inerte; na verdade, são volumosas as evidências de que muitos de seus integrantes foram partícipes da trama para afastar a presidente. Quando 2018 chegar, provavelmente teremos eleições, como previsto. Talvez até ganhe um candidato mais à esquerda, dada a incompetência crônica da direita brasileira para produzir uma opção viável. Parecerá que a democracia foi restaurada. Mas o retrocesso desses anos não será apagado. E a tutela dos poderosos sobre a vontade expressa nas urnas terá sido reafirmada com enorme clareza (Miguel 2016, 32).

Conhecido por seu lato domínio acerca de matéria constitucional, o agora Presidente Temer foi contemplado pela conjectura de um golpe institucionalizado que ratificou uma gestão ilegítima, dando prossecução ao já crescente descontentamento da sociedade com os fatos postos e levando ao crescimento do sistema político-ideológico da extrema-direita culminando na eleição de seu maior expoente: Jair Bolsonaro. Este fortaleceu a doutrinação de seu eleitorado com

fulcro em abstrações utilizadas desde a Ditadura Civil-Militar, há mais de cinco décadas, mescladas com novas facetas adaptadas ao contexto atual: fé, nacionalismo, *fake news* e enaltecimento das forças armadas contra as ideias de oposição vistas sempre como “de esquerda”, “comunistas” e “subversivas”.

Tal dileção acerca da influência das Forças Armadas em seu mote de campanha bem como, posteriormente, em sua estrutura de governo muito se deve ao fato de Bolsonaro ter feito parte do corpo de militares durante parte de sua vida, haja vista ter cursado a Escola Preparatória de Cadetes do Exército e, em seguida, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), formando-se em 1977. O atual ex-presidente é militar da reserva, desde que serviu ao Exército brasileiro no período entre os anos de 1971 a 1988.

Sua trajetória como político, antes e depois da eleição para a Presidência da República, foi pautada por discursos controversos, falta de decoro, trocadilhos de duplo sentido, desrespeito à imprensa, preconceitos étnicos e de gênero. Além disso, durante a pandemia do Covid-19, externalizou palavras jocosas contra as vítimas, desacreditou a sociedade sobre os riscos da doença, disseminou o uso de medicamentos sem comprovação científica e desincentivou a vacinação. Mesmo assim, grande parte da sociedade via Jair Bolsonaro (e ainda o vê) como um “mito”, símbolo de líder honesto, carismático e homem simples.

O ex-presidente é um admirador da Ditadura Civil-Militar e fez questão de demonstrar isso quando declarou seu voto em sessão que aprovou a abertura do processo de *impeachment* da então Presidenta da República, Dilma Rousseff, do PT, em 2016. Na ocasião, chamou a atenção por afirmar que o seu voto era favorável “pela memória do Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff”. Vale salientar que, segundo a revista *Veja* (2019), esse coronel foi o primeiro a ser condenado por crimes cometidos durante o Regime Militar.

Um dos nichos que mais se destaca no apoio a Jair Bolsonaro é o dos evangélicos, por verem ele como um exemplo de moralidade. Conforme Sousa e Sousa:

Ao projetar-se como um candidato cristão — tendo inclusive sido batizado por um pastor e político do Partido Social Cristão nas simbólicas águas do rio Jordão em Israel — Jair Bolsonaro criou vínculos com o eleitorado evangélico por meio de discursos cujos conteúdos transformaram-se em armas na disputa eleitoral. Os conteúdos desses discursos podem ser agrupados em quatro dimensões, a saber: “a revalorização da família tradicional”, “a predominância da fé sobre a razão”, “a organização da sociedade via disciplina e ordem”, e “o macarthismo”. Como consequência, a pauta moral, o anti-intelectualismo, o autoritarismo e a demonização da esquerda não só acabaram dominando a comunicação da extrema-direita, como encontraram pronta receptividade no meio evangélico. (2020, 4)

É primígeno salientar que o Estado é laico, logo guarda-se o entendimento de que o ordenamento jurídico brasileiro não pode ser relacionado a nenhuma crença específica, segundo a Carta Magna de 1988. Todavia, tal laicidade nunca esteve tão vulnerável quanto nos anos do governo Bolsonaro, pois, ao colocar a religião acima dos valores constitucionais – conforme o seu *slogan* “Brasil acima de todos, Deus acima de tudo” – vê-se a arbitrariedade da justaposição de determinada doutrina ao Estado, característica em que repousa o autoritarismo bolsonarista.

No seu governo, iniciou-se o expurgo daqueles que não se encaixavam no padrão moral desejado e próprio dos “cidadãos de bem”, “respeitadores da moralidade” e dos “bons costumes”. Em nome da autodefesa, diante dos elevados índices de criminalidade, implementou-se uma política armamentista e o aparelhamento militar do Estado. As críticas vindas do meio acadêmico e da oposição eram desacreditadas mediante *asfake news* e as *lives* realizadas pelo presidente.

Mesmo após a derrota do ex-presidente nas eleições de 2022, a sombra bolsonarista ainda paira sobre a democracia. Prova disso foi a tentativa de golpe de Estado ocorrida em 8 de janeiro de 2023, uma semana após a posse do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Grupos de bolsonaristas invadiram e depredaram os prédios do Supremo Tribunal Federal, do Congresso Nacional e o Palácio da Alvorada, com o intuito de provocar a ruptura constitucional e conclamar um golpe.

A simpatia de Jair Bolsonaro com a Ditadura Civil-Militar, já mencionada, não se evidencia apenas em discursos negacionistas deste e dos seus seguidores. Para dar sustentação à prédica do seu “compromisso” com a democracia, o governo passou a usar mecanismos de coerção, sem o uso da força física, mas de controle ideológico, sendo um destes, a tentativa de apagamento ou total negação de uma memória que vem sendo retomada após a Ditadura. São muitos os exemplos, mas tomaremos aqui a disputa pela memória da Guerrilha do Araguaia.

### **A Guerrilha do Araguaia e as disputas pela memória**

Conforme já mencionamos, em maio de 2020, o Tenente-Coronel da reserva Sebastião Rodrigues de Moura, o Major Curió, foi homenageado pelo então Presidente da República do Brasil, Jair Bolsonaro com o título de “herói do Brasil”.

Aliás, é importante salientar que não é a primeira vez que acusados de realizar torturas durante a Ditadura recebem essa denominação pelo ex-presidente. Em 2019, Bolsonaro afirmou para a imprensa que o Cel. Brillante Ustra “É um herói nacional que evitou que o Brasil caísse naquilo que a esquerda hoje

em dia quer". Ao receber a viúva do referido coronel, o então chefe do Executivo comentou ainda que "Ela conta uma história bem diferente daquela que a esquerda contou para vocês" (Veja, 2019). Ou seja, uma constatação óbvia vista que as narrativas estão impregnadas de subjetividade e de recortes, como nos ensina Benjamin (1994), mas ainda pelo fato de que a direita também possui uma memória que pretende estabelecer como verdadeira.

Motta, ao analisar as disputas pela representação do passado presente, observa que:

Se, de início, prevaleceram relatos das pessoas atingidas pela repressão, ou de seus familiares e amigos, agora começam a aparecer em maior número testemunhos provenientes do outro lado da trincheira, de antigos agentes do aparato repressor. Tal movimento é mais visível nos casos de Brasil e Argentina, em que grupos de militares da reserva engajam-se em nova batalha, desta feita no terreno da Memória. Percebendo sua desvantagem nesse campo de luta, em contraste com sua vitória no conflito armado, mobilizam-se para evitar a derrota no plano das representações. Seu ponto de vista é que a Memória da esquerda falseia a realidade e, por isso, propõem-se a prestar serviço à verdade ao falar do passado. E este é o único ponto de contato entre as memórias em disputa: todas reivindicam a sua versão dos acontecimentos como a verdadeira, conferindo-lhe caráter sagrado e inquestionável (2013, 61-62).

Mesmo que o então Presidente Bolsonaro e seus apoiadores, sobretudo militares, queiram construir e solidificar uma memória contrária àquela que tem sido levantada pelos pesquisadores a partir dos documentos, é fato que o Major Curió foi uma figura singular no que tange à sua representatividade na difusão do Regime Militar no Brasil, pois assumiu cargo no antigo Centro de Informações do Exército (CIE) e foi agente no Serviço Nacional de Informações (SNI), ambos institutos relevantes durante os "anos de chumbo". O tenente-coronel da reserva teve sua formação em um dos mais importantes centros militares do país: a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

O CIE foi criado em 2 de maio de 1967, por meio do Decreto nº 60.664, pelo Presidente Arthur da Costa e Silva, sendo diretamente subordinado ao Comandante Superior do Exército (Brasil 1967). Já o SNI nasceu com a Lei nº 4.342, de 13 de junho de 1964, e sua incumbência era, conforme o seu artigo 2º: "[...] superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional" (Brasil 1964, 1).

Logo, o Major Curió foi um quadro importante na engrenagem do sistema repressivo instalado com o golpe civil-militar de 1964. Seu nome está diretamente relacionado à truculência com que foram tratados os envolvidos na Guerrilha do

Araguaia, fato histórico que, pela sua importância para este artigo, leva-nos a dedicar-lhe uma seção neste artigo.

A Guerrilha do Araguaia ocorreu nas regiões sudeste do Pará e norte do então estado de Goiás (atualmente Tocantins), abrangendo ainda o Maranhão, no “Bico do Papagaio”. Seus integrantes eram, em sua maioria, membros do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), influenciados pelo projeto chinês de guerra popular prolongada (Telles 2014, 466).

Conforme Telles (*ivi*, p. 465), a instalação do foco guerrilheiro na região do Araguaia se deu simultaneamente à implantação da agropecuária subvencionada e incentivada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e apoiada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para a autora, esse fato elevou as pressões pela expropriação das terras dos lavradores da região, contribuindo para uma aproximação entre a comunidade local e os combatentes da Ditadura.

Segundo Mechi (2013, 171), a maioria dos moradores da região do Araguaia à época da guerrilha era composta por camponeses “vindos de outros estados que viram na região a possibilidade de se livrar do peso de latifúndio em todas as suas implicações”. Para a pesquisadora, tanto os guerrilheiros quanto os militares buscaram o apoio dessa população ou se sentiam seus defensores.

Sousa (2019) afirma que a guerrilha teve origem a partir dos impasses causados pelo golpe de 1964 no campo das esquerdas, e do fechamento dos canais de participação política feito pela ditadura. Assim, naquela conjuntura, os militantes das esquerdas viam na luta armada a saída viável para a derrubada da ditadura. Tomada essa decisão, as lideranças do PC do B deliberaram pela guerrilha rural sob a inspiração do modelo chinês de revolução, e tomaram como base a ideia de “guerra popular prolongada”, visando ao cerco da cidade a partir do campo.

No período de 1970 a 1972, outros membros do PC do B aderiram ao grupo, até constituírem um número de 69 guerrilheiros. O objetivo era aprender a sobreviver na mata fechada, visando à preparação da guerrilha. Para tanto, inseriram-se entre os camponeses da região e passaram a desenvolver atividades laborais juntamente com estes. Também os paulistas, como eram chamados os guerrilheiros, passaram a prestar ajuda aos moradores locais, conquistando a sua confiança e respeito (Sousa, 2019).

Em termos de organização para as lutas que viriam, os militantes se criaram três destacamentos: o A, o B e o C, cada um dividido em três subgrupos.

O destacamento A, com 22 combatentes sob a liderança de André Grabois e Antônio de Pádua Costa, atuava na região de São Domingos do Araguaia e São João do Araguaia; o destacamento B, com 23 combatentes sob a liderança de

Oswaldo Orlando Costa e José Humberto Bronca, ficava próximo a Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia e São Geraldo do Araguaia; o destacamento C, com 20 combatentes sob o comando de Paulo Mendes Rodrigues e José Toledo de Oliveira, situava-se próximo à Serra das Andorinhas. Os destacamentos montaram suas bases em diferentes locais [...] e todos estavam sob a coordenação da Comissão Militar (CM), composta por quatro membros e liderada por Maurício Grabois, o chefe guerrilheiro (Sousa 2019, 195-196).

À época, estava na Presidência da República o General Emílio Garrastazu Médici, cujo governo ficou conhecido como o auge da ditadura. Nesse governo, o aparato de repressão se modernizou, ganhando notoriedade com o advento da Operação Bandeirantes (Oban), uma célula que reunia oficiais da Aeronáutica, Exército e Marinha, além das polícias civil e militar, com a função de coletar informações, extrair depoimentos (geralmente com o uso da tortura) e realizar operações de combate. A Oban mostrou-se como fomento para a criação de dois órgãos de repressão bastante conhecidos no período do Regime Militar: o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) (Recondo 2018, 66).

O sistema DOI-CODI foi criado como um desdobramento da Oban, em 1969, sendo um órgão de repressão clandestino que reunia agentes das Polícias Civil e Militar, além de contingentes advindos das Forças Armadas. Passou a ser considerado oficial no ano seguinte, 1970, agregando-se à estrutura do Exército com a finalidade de investigação prévia, cujos desdobramentos eram a captura, a tortura e o assassinato dos opositores da Ditadura (Pereira 2023).

Consoante Peixoto (2011), para a repressão da guerrilha, foram usados artifícios como a Operação Papagaio, seguida, em 1973, pela Operação Sucuri (uma missão para colher informações, com agentes disfarçados e infiltrados na região para mapear a guerrilha). Seguiu-se, em outubro do mesmo ano, a decisiva Operação Marajoara, com militares sem farda, comandados por oficiais que se faziam chamar de “doutores” (como o “agrônomo” do INCRA, Dr. Luchini, disfarce usado pelo Major Curió). A repressão só chegou ao fim, em 1974, quando os últimos guerrilheiros foram caçados e abatidos por militares, treinados para combater a guerrilha e determinados a não fazer prisioneiros. A isso se seguiu o trabalho de ocultação dos cadáveres, a chamada “operação limpeza”, na qual corpos foram queimados e, mais tarde, o governo realizou terraplanagem em parte da região.

Era preciso agir com rigor e mostrar a “competência” das tropas militares na liquidação dos “terroristas”, como demonstra um relatório sobre as operações efetuadas pela 3ª Brigada Armada no norte do Pará, em 30 de outubro de 1972. Nesse documento se relata, com orgulho, que “as perdas infligidas aos terroristas

foram pesadas para os seus efetivos e maiores ainda se considerarmos o valor qualitativo, dentro da organização, dessas perdas” (Morais e Silva 2005, 251).

As ações durante a guerrilha estão resumidas no Quadro 1.

<b>Datas</b>	<b>Ofensivas militares</b>	<b>Objetivos/Resultados</b>
Anos 1970 e 1971.	Operações Carajás e Mesopotâmia.	Segundo o comando militar, visavam conhecer a área, exercitar e treinar as tropas para combates na selva. Mas, pretendia-se descobrir atividades guerrilheiras.
Abril e junho de 1972.	Operações de Informações	Mobilização dos órgãos de inteligência, para investigar, vigiar a população e encontrar os guerrilheiros. O Exército possuía informações sobre a presença destes na região, adquiridas mediante pressões, ameaças e torturas aos camponeses e aos combatentes capturados.
Início da Guerrilha: 12 de abril de 1972.	Ataques ao destacamento A.	Prisões e mortes de guerrilheiros. Mantém-se a resistência durante o mês de abril.
14 de abril de 1972.	Ataques ao destacamento C.	
24 de abril de 1972.	Ataques ao destacamento B.	
Setembro e outubro de 1972.	Segunda campanha, com a participação das Três Forças.	Construção de quartéis na região e aumento do efetivo militar. Mudanças no cotidiano da população em Xambioá, Marabá, Araguatins e povoados próximos aos batalhões do Exército.
Setembro e outubro de 1972.	Operação Papagaio	Movimentação de tropas pelas cidades com bases militares e o emprego de 8 a 10 mil soldados. Ocupação de estradas, abertura de picadas na mata, emboscadas, utilização de helicópteros e aviões e bombardeio na mata. Distribuição de boletins concitando os guerrilheiros a se entregar. Teve início a guerra psicológica.
Novembro de 1972.	Período de trégua com a saída do Exército da região.	Reordenamento das táticas dos guerrilheiros, reflexão sobre as táticas de combate e produção de material informativo para a população sobre os motivos da luta armada. Produção de normas sobre a segurança do trabalho em massa, acampamentos, recrutamento para a guerrilha.

Maio a outubro de 1973.	Operação Sucuri.	Os militares infiltraram agentes disfarçados de camponeses entre os moradores, fez uma intensa atividade de propaganda, beneficiou a população que se dispôs a colaborar e recrutou os “bate-paus”, indivíduos conhecedores da mata que serviam de guia para os militares dentro da floresta.
Outubro de 1973 a abril de 1974.	Operação Marajoara (Terceira campanha contra a guerrilha).	Visava a eliminação total da guerrilha. Os guerrilheiros estavam em número reduzido (56). O efetivo militar que avançou, de diferentes pontos da Rodovia Transamazônica, pelas cidades de São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia e Palestina do Pará. Com o auxílio de helicópteros, em 25 de dezembro de 1973, o Exército cercou o destacamento A. Não se sabe quantos foram mortos nessa ofensiva.
Abril de 1974.	Operação Limpeza	Eliminação dos últimos guerrilheiros. A operação foi comandada pelo major Sebastião Curió Rodrigues de Moura, que permaneceu controlando a região mesmo após o fim da luta armada. Foi ele quem se encarregou de eliminar todos os rastros da luta armada na região do Araguaia pela ocultação dos cadáveres. Há indícios de que alguns corpos foram jogados na Serra das Andorinhas e outros enterrados em locais de difícil acesso. O Estado encobriu os fatos e as Forças Armadas não se pronunciaram sobre o episódio.

Quadro 1: Síntese das ações de repressão durante a Guerrilha do Araguaia

Fonte: Quadro elaborado pelos autores com base em Sousa (2019).

O saldo da Guerrilha do Araguaia é dispendioso: segundo reportagem de *O Estado de S. Paulo*, o movimento ceifou a vida de 68 guerrilheiros, 11 militares, 1 pessoa que dava apoio e 4 civis que não detinham vínculos com a guerrilha nem com o Exército. Percebe-se que o número de guerrilheiros dizimados é expressivamente maior que as perdas sofridas pela contraguerrilha, o que ratifica a premissa de que esta insurreição se mostrou dotada de uma violência desproporcional (Nossa 2009).

Oficialmente tinha-se o registro de 25 mortes, mas, segundo documentos apresentados pelo Major Curió, em entrevista ao *O Estado de S. Paulo* (2009), o extermínio aos guerrilheiros incorreu em mais 16 vítimas,

consideradas, até aquele momento, desaparecidas. O arquivo de Curió permaneceu em sigilo por mais de três décadas e revelou não só mais mortes do que se sabia, mas ainda uma incursão detalhada sobre a execução dos ditos “terroristas” em bases pertencentes às Forças Armadas. Um total de 41 pessoas foram presas, amarradas e tiveram seu fim sem esboçar reação que fundamentasse qualquer situação de risco aos militares (Nossa 2019).

Todavia, essa Guerrilha, assim como outros fatos ocorridos na Ditadura Civil-Militar, foi pouco divulgada e mesmo “esquecida” pela história oficial, visto que, em face da censura, os órgãos do governo e da imprensa aliada a este reiteravam o compromisso do Regime Militar em manter a ordem e combater o comunismo. Isso significava esconder ou difamar os movimentos de oposição ao sistema, ficando desconhecidos, por muito tempo, os danos causados aos direitos humanos.

[...] o que a memória coletiva consagrou como anos de chumbo foram sentidos dessa forma por segmentos bastante específicos da sociedade: aqueles grupos que a repressão definia como inimigos do povo e da Pátria. Estes, sim, sentiram o chumbo grosso e a mão pesada da repressão. Não apenas as esquerdas que aderiram à luta armada, mas também aquelas pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) (Cordeiro 2012, 91).

Vale salientar que, durante os conflitos, a imprensa, quando divulgava esse fato, tratava de mostrar o lado positivo da presença das Forças Armadas. Em reportagem de *O Estado de S. Paulo*, em 24 de setembro de 1972, ao tratar de uma das ações da guerrilha, em Xambioá, o texto, sem autoria<sup>2</sup>, trata da instalação do Exército naquela região dos conflitos e salienta os “benefícios” trazidos pelas tropas em algumas cidades: assistência médica e social, benfeitorias (construção de pontes e estradas), melhorias na economia local e “soluções” nos impasses dos fazendeiros com os posseiros. Além disso, o texto destaca o porquê de os militares não concordarem com a palavra “guerrilheiros”: “os militares usam o termo ‘terroristas’, afastando, dessa forma, qualquer conotação aventureira ou romântica que a palavra guerrilheiro pode implicar” (*O Estado de S. Paulo* 1972).

É nesse contexto que entra em cena a participação do Major Curió como o algoz de dezenas de pessoas durante as ações dessa repressão. Seu nome figura no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, órgão temporário criado pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011, na gestão da Presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), ex-presa política, no Rio de Janeiro e Minas Gerais, entre os anos 1970 e 1972.

---

<sup>2</sup> Na matéria, apenas menciona-se que a reportagem é “do enviado especial”. Podemos supor que esse anonimato tenha se dado em função da censura.

Major Curió foi um dos responsáveis pela organização e implementação de medidas drásticas na repressão à Guerrilha. Inclusive, ele participou de uma reunião secreta ocorrida em meados de 1973, na qual o então Presidente Médici e um grupo de militares discutiram a respeito do combate aos opositores do regime. Nesse encontro, ficou decidido que era “necessária a utilização de todos os meios para eliminar, sem deixar vestígios, as guerrilhas rurais e urbanas, de qualquer jeito, a qualquer preço”, como explicita um dos 17 itens de um documento datilografado que relata a reunião (Ribeiro Jr 2004)(falta na bibliografia).

Além dos chamados “terroristas”, outras pessoas da região foram capturadas e torturadas para prestar informações sobre a presença dos guerrilheiros (Peixoto 2011). Os relatos dos sobreviventes fazem alusão à temida “Casa Azul”, local onde eram realizadas torturas e outros crimes aplicados aos presos políticos durante os conflitos no Araguaia. Conforme Barbosa:

Localizada em Marabá, no sudeste do Pará, no quilômetro 1 da rodovia Transamazônica, a Casa Azul era um centro de prisão clandestino utilizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como um Centro de Informações e Triagem (CIT). Segundo a Comissão Nacional da Verdade, acredita-se que morreram mais de 30 guerrilheiros no local em decorrência de tortura ou por execução. Os principais alvos eram militantes do PCdoB e moradores locais acusados de apoiar a guerrilha (Barbosa 2020).

No documentário *Soldados do Araguaia*, produzido por Belisário Franca, em 2017, alguns dos ex-soldados<sup>3</sup> entrevistados relataram o que ocorria naquela casa. Destacamos a narrativa de um deles:

As sabatinas, como eles chamavam, eram feitas lá [na casa azul]. Tinha a parte onde eram guardados os presos, tinha a parte dos investigados, que era lá um buraco, e tinha a casa azul que era a residência oficial dos superiores. Era lá na casa azul que o bicho falava. Você vai ser sabatinado hoje, então o cara já sabia que ia levar um monte de porrada. O cara quando vinha de lá, já vinha arreventado (Ex-soldado Ribamar) (43:35 min.)

O Major Curió assumiu a autoria do assassinato de vários guerrilheiros, detalhando como e quando se deram as execuções. Em depoimento ao seu biógrafo, o jornalista Leonencio Nossa, autor da obra *Mata! O major Curió e as*

<sup>3</sup> Por conhecerem bem a floresta, os militares convocaram jovens das comunidades ribeirinhas e rurais para servir ao Exército. O treinamento para a guerra, a violência física e psicológica que sofreram e testemunharam até a dispensa após o extermínio da Guerrilha são relatados por ex-soldados que expõem os traumas que vivem até hoje. O documentário recebeu premiações e foi exibido em vários festivais de cinema no Brasil e no exterior.

*Guerrilhas no Araguaia*, afirmou ter assassinado Pedro Carretel, em fevereiro de 1974, seis meses depois da prisão, em Brejo Grande do Araguaia juntamente com mais três estudantes.

Com os pulsos amarrados para trás, obrigados a sentar em fila, foram executados sem chance de defesa. Curió sustenta que o tiroteio foi precipitado pelo barulho de outra patrulha militar próxima ao local escolhido para a matança. “Naquele momento atingi Raul no peito. Lembro que Carretel recebeu tiros no lado esquerdo da barriga. Não gritaram porque não perceberam o momento em que erguemos as armas”, detalhou Curió, acusado de planejar, executar e ocultar o corpo de Carretel (Carta Capital 2019).

Segundo Barbosa (2020) Curió também assumiu a responsabilidade no episódio que levou à morte de Lúcia Maria de Souza, desaparecida em 1973, cujo corpo permanece em local desconhecido; além de efetuar as prisões de Dinalva Oliveira Teixeira e Luiza Augusta Garlippe, em 1974, ambas assassinadas.

Malgrado todos esses crimes durante a Guerrilha do Araguaia, o Major Curió tornou-se um líder carismático no Pará, sendo reconhecido em alta valia pelos garimpeiros de Serra Pelada. Gaspari explica o porquê desse apoio:

Em 1977, quando caçava guerrilhas inexistentes em busca das diárias do CIE, acharam ouro por perto, em Serra Pelada. Curió coroou-se imperador das crateras e, em nome do governo federal, organizou o trabalho de 30 mil garimpeiros. [...] Quando Brasília tentou impedir o garimpo manual, o major que perseguira guerrilheiros instrumentalizou a maior revolta popular ocorrida na Amazônia (Gaspari 2009).

Sua escalada na política teve início quando eleito para o cargo de deputado federal entre os anos 1983 e 1987. Também teve uma cidade batizada em sua homenagem, Curionópolis, da qual foi prefeito por duas vezes, de 2001 a 2008 (Barbosa 2020).

Contudo, conforme já aludimos, o Major Curió não foi homenageado “apenas” dando nome a uma cidade, mas também elevado a “herói do Brasil”, em 2020 (Figura 1). Tal honraria deu origem a um debate quanto ao ordenamento jurídico brasileiro acerca do fomento a tal homenagem, e também gerou revolta entre as famílias das vítimas da Guerrilha do Araguaia ao verem, nesse gesto, um desrespeito à memória daqueles que padeceram nas mãos de um algoz da Ditadura.



Figura 1: Homenagem do Presidente Jair Bolsonaro ao Major Curió  
(Secom 2020)

Vê-se que a postagem da SECOM não traz informações veladas. Ao contrário disso, explicita o título “Heróis do Brasil” e a palavra “comunista” em cores distintas e em caixa alta. Perceba-se a coloração avermelhada esta última palavra, uma alusão ao vermelho da bandeira comunista. A intenção é clara: transmitir uma imagem positiva do encontro entre os ex-militares, um dos quais alçado à herói nacional, e reforçar a posição do chefe do Executivo contrária aos movimentos de esquerda. A mensagem também é de apoio ao Regime Militar, afinal, “graças” a este e às ações do Major Curió, o Brasil ficou “livre do terrorismo”.

Comemorando o fato, em uma rede social, o senador Chico Rodrigues (DEM-RR) postou uma foto do encontro e o adjetivou de “histórico”, pois, segundo o parlamentar, o Major Curió é um “homem de honra” e “defensor dos garimpeiros” (*ibidem*).

Importa salientar que, em 18 de março de 2019, um ano antes da homenagem ao Major Curió, o Ministério Público Federal (MPF) apresentou denúncia contra ele em ação penal que o acusou de assassinato, tortura e ocultação de cadáveres durante a Guerrilha do Araguaia (Rede Brasil Atual 2019). Igualmente, é digno de ressaltar a concessão, pelo MPF, em 4 de abril de 2020, de um parecer favorável à retirada de um texto que exaltava a Ditadura Civil-Militar hospedado no sítio do Ministério da Defesa. Certamente, para mostrar “quem manda”, o ex-presidente descumpriu essa decisão do MPF e, um mês depois, condecorou o Major Curió, uma ação com o claro objetivo de sedimentar uma memória a favor da Ditadura e de justificar os atos cometidos como necessários à manutenção da ordem. Assim, ao contrário do que diz a esquerda, Curió teria sido um bravo defensor da nação brasileira.

O desprezo do então presidente Bolsonaro às vítimas da Ditadura Civil-Militar já tinha sido expresso antes dessa homenagem divulgada pela SECOM. Na

sua gestão extinguiu conselhos e comissões criadas pela administração do PT, dentre estes o Grupo de Trabalho Perus<sup>4</sup> e o Grupo de Trabalho Araguaia. Ademais, quando parlamentar, Bolsonaro fez críticas às buscas pelos desaparecidos políticos da ditadura, e chegou a posar, em 2009, ao lado de um cartaz, posto na porta do seu gabinete, no qual estava escrito: “Quem procura osso é cachorro” (Figura 2).



Figura 2: Cartaz do gabinete do então deputado Jair Messias Bolsonaro (Brasil de Fato 2019)

As homenagens ao comandante do massacre do Araguaia são juridicamente questionáveis. Segundo a legislação brasileira, herói ou heroína da pátria é um título dado a personalidades que tiveram papel fundamental na defesa ou na construção do país. Consoante ao que versa a sistemática legislativa vigente, há um processo legal a ser respeitado para que o título possa constar no Livro de Aço dos Heróis e Heroínas da Pátria, sob a guarda do Panteão da Pátria, na capital federal (Senado 2023).

O Livro de Aço foi regulamentado pela Lei nº 11.597/2007. Até então não havia critérios definidos para a concessão do título de herói/heroína da pátria. Para a concessão da honraria é necessário que o Congresso Nacional aprove uma lei para cada homenagem a partir de um PL de autoria de um membro do Poder Legislativo. Nesse sentido, é basilar a inobservância do devido processo legal ao conceder a homenagem de “herói do Brasil” ao Major Curió, não só porque deixou de seguir o trâmite legal, mas também porque o chefe do Poder Executivo não possui prerrogativa de legislar sobre o assunto, segundo a atual Constituição Federal.

---

<sup>4</sup> O Grupo de Trabalho Perus foi criado em 2014 com o objetivo de fazer a análise dos supostos restos mortais dos militantes de esquerda, encontrados na Vala de Perus, em São Paulo.

A esses elementos que demonstram a ilegalidade da ação do então Presidente, acrescentamos que, em 24 de outubro de 2010, a Corte Internacional de Direitos Humanos (CIDH) condenou o Brasil, por sentença, ao declarar que o disposto na Lei da Anistia (Lei 6.683/1979) objetiva impedir a investigação e consequentemente a punição das violações aos direitos humanos na Ditadura Civil-Militar, sendo incompatível com a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (CIDH).

Conforme já afirmamos, o título conferido ao Major Curió acirrou os ânimos dos familiares das vítimas da Guerrilha do Araguaia, uma clara manifestação das memórias “esquecidas” por coerção ou vergonha<sup>5</sup>. Assim, baseados em Pollak (1989), é possível acentuarmos o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Quando é possível, emergem as “memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (*ibidem*, 7). Nesses momentos, a memória entra em disputa pelos agentes do Estado e setores da sociedade silenciados durante anos ou décadas.

Pollak (1989), ao comentar a respeito do revisionismo ocorrido a partir da divulgação dos crimes cometidos pelo stalinismo, destaca que nesses momentos irrompem-se ressentimentos acumulados no tempo e a memória da dominação e de sofrimentos que não puderam se exprimir publicamente.

Essa memória “proibida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória [...] (Pollak 1989, 3).

Considerando a importância de se conhecer os conflitos e a batalha entre memórias concorrentes, vejamos a sequência desse processo e das reflexões que esse ato do chefe do Poder Executivo suscitou.

Após o encontro entre Bolsonaro e Curió, os familiares das vítimas deste último entraram com uma ação na 8ª Vara Cível Federal de São Paulo contra a União e o torturador, exigindo o direito de resposta. Também parlamentares do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) juntamente com o Instituto Vladimir Herzog e o Núcleo de Preservação da Memória Política denunciaram o governo

---

<sup>5</sup> No documentário *Soldados do Araguaia*, alguns ex-soldados relataram que, ao retornarem para as suas comunidades, muitos habitantes do local os trataram mal ou os temiam devido as sevícias sofridas nas mãos dos militares com fins de extrair denúncias contra os guerrilheiros. Assim, muitos preferiram calar sobre o que as torturas sofridas e testemunhadas (Franca 2017).

Jair Bolsonaro à Corte Interamericana de Direitos Humanos por descumprir as disposições da sentença que condenou o Brasil por violação dos direitos humanos no caso da Guerrilha do Araguaia (Ribeiro 2020).

De acordo com o documento:

A prática da tortura e de outras graves violações de direitos humanos com motivação política foi adotada sistematicamente como política de Estado a partir do golpe militar de 1964. [...] São esses horrores que a Constituição obrigou o Estado brasileiro a reconhecer e que o país se comprometeu a reparar perante diversas organizações internacionais, especialmente para que nunca mais se repitam", diz a representação (Longo 2020).

Em 16 de dezembro de 2020, o Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3) decidiu que a SECOM deveria se retratar quanto à homenagem ao Major Curió. Conforme Rocha, essa Secretaria teria 10 dias para publicar a seguinte mensagem:

O governo brasileiro, na atuação contra a guerrilha do Araguaia, violou os Direitos Humanos, praticou torturas e homicídios, sendo condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos por tais fatos. Um dos participantes destas violações foi o Major Curió e, portanto, nunca poderá ser chamado de herói. A SECOM retifica a divulgação ilegal que fez sobre o tema, em respeito ao direito à verdade e à memória (2020).

No entanto, a gestão Bolsonaro recorreu e protelou o cumprimento da decisão. Somente em 12 de junho de 2023, seis meses após a posse do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, a SECOM publicou a seguinte nota com a finalidade de fazer uma reparação histórica:

Além de desinformar sobre eventos históricos de amplo conhecimento e tratar como honroso o momento mais repulsivo da história recente do país, a postagem que motivou ação judicial, realizada na gestão de Jair Bolsonaro, tratava como "herói do Brasil" o homem que ordenou a prisão, tortura e execução de cidadãos brasileiros que defendiam a democracia durante o regime militar, em especial os que atuaram na guerrilha do Araguaia, na região de Tocantins, Pará e Maranhão. Não é herói. Nada justifica a tortura, a mais covarde das violências (Secom 2023).

Ao reconhecer sua participação ativa na Guerrilha do Araguaia, o chefe do Estado brasileiro demonstra estar em consonância com a preservação da memória daqueles que padeceram no conflito sem se abster de sua responsabilidade legal diante do ocorrido. No entanto, é importante frisar que não existe uma memória no seu "estado puro", pois esta passa por seleções e, nesses momentos em que se

escolhe o que contar, entra em cena o esquecimento, tanto involuntário quanto voluntário por parte de quem narra.

Como nos ensina Benjamin (1994, 205), não há uma separação entre a vida do narrador e a narrativa que ele expressa, pois, nesses relatos, não se transmite o “puro em si”, ao modo de um relatório. “Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso”.

Por isso, não podemos esperar dos narradores uma sequência cronológica de fatos, pois, no momento em que relatam, suas memórias estão sendo reinterpretadas a partir de questões colocadas no presente. No documentário já mencionado nesse artigo (Franca 2017), os ex-soldados afirmam categoricamente porque querem contar a experiência que viveram: eles querem se libertar da culpa que sentem e que lhes foram imputadas; além disso, lutam por uma reescrita da história. Obviamente, não se trata aqui de por em xeque o que dizem os narradores da Guerrilha do Araguaia, mas, como afirma Motta: “devemos resistir à tentação de transformar a Memória em História [...]. O testemunho só pode oferecer um olhar parcial e interessado, naturalmente insuficiente para quem almeja chegar próximo à verdade” (2013, 62). Continua o autor:

O historiador não deve nem é capaz de esconder suas opiniões e preferências, mas o melhor seria não se deixar envolver pelas seduções da Memória, sob pena de anular a contribuição específica da historiografia. Penso ser possível, por exemplo, ter simpatia pelos grupos e pessoas que foram alvo da repressão política da direita autoritária e, ao mesmo tempo, não aceitar como sagrados seus testemunhos, que podem conter exageros e imprecisões (62).

Contudo, mesmo que a memória tenha essa característica flutuante, mutável, tanto individual quanto coletiva, Pollak (1992, 2) frisa que geralmente, nas memórias, existem marcos ou pontos relativamente invariantes, imutáveis. Segundo esse autor:

Todos os que já realizaram entrevistas de história de vida percebem que no decorrer de uma entrevista muito longa, em que a ordem cronológica não está sendo necessariamente obedecida, em que os entrevistados voltam várias vezes aos mesmos acontecimentos, há nessas voltas a determinados períodos da vida, ou a certos fatos, algo de invariante. É como se, numa história de vida individual - mas isso acontece igualmente em memórias construídas coletivamente houvesse elementos irreduzíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças. (2)

Com essa ponderação, pretendemos deixar claro que a memória, como outras fontes, tem as suas “armadilhas” para os pesquisadores, sendo, uma delas, o seu

uso por quem detém o poder. Le Goff (1990), ao estudar os usos da memória, destaca que, desde a Antiguidade, os reis destruíam registros dos povos conquistados e erigiram monumentos que perpetuassem, para a posteridade, uma memória que lhes conviessem.

A iniciativa de olvidar a memória pelos reis e a construção de uma outra, nova e duradoura, presente na obra de Le Goff (1990), assemelha-se ao que o então Presidente Jair Bolsonaro fez ao conferir uma honraria a um torturador e assassino confesso, mesmo ciente que aquele ato não teria validade legal. Logo, em um momento histórico no qual os movimentos sociais, as vítimas da repressão e os parentes destes, além de jornalistas, historiadores e outros pesquisadores lutam para “resgatar” a memória de um período obscuro da nossa história, o ex-chefe do Executivo utilizou de subterfúgios escusos para provocar seus opositores e negar a memória de todas as formas que estejam ao seu alcance.

Percebe-se um trabalho de “enquadramento” da memória (Pollak 1989, 1992), por parte do Estado, quando são selecionados e reforçados fatos considerados dignos de serem lembrados e outros que “precisam” cair no esquecimento. Igualmente, esse trabalho é feito pelos diversos grupos sociais interessados em apresentar uma narrativa que lhe permita fortalecer a identidade, daí o porquê da existência de uma memória “vivida por tabela”, ou seja, mesmo que o narrador não tenha passado pela experiência, este a carrega como parte da memória de sua família, etnia ou grupo. Nesse sentido, para Pollak (1992, 7), “cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização”.

Em um artigo publicado há três décadas e que se tornou clássico, Nora (1993) realçou a necessidade que as sociedades têm de preservar, no presente, fatos do passado. Assim, as memórias servem para que essas sociedades compreendam a si mesmas mediante a criação dos lugares de memória, pois, as memórias – individuais e coletivas – sempre se fazem em algum lugar que lhes servem de referência.

No tocante a esse aspecto, não são poucos os esforços pelo encontro e reconstrução dos lugares de memória na região do Araguaia, como mostram os trabalhos de Peixoto (2011) e de Justamand e Mechi (2014). A descoberta de ossadas é amplamente divulgada pela imprensa e comemorada pelos parentes das vítimas, afinal é necessário “provar”, para os negacionistas, a existência e os crimes cometidos durante a Guerrilha. Essa necessidade de reencontro com o passado, mesmo quando “fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo” (Pollak 1992, 3).

O desinteresse em dar prosseguimento aos estudos sobre as vítimas da Ditadura é evidente. No caso da Guerrilha do Araguaia, as pesquisas praticamente

foram suspensas no governo Bolsonaro por cortes de recursos. Além disso, a Folha de S. Paulo noticiou, em 2013, o desaparecimento de restos mortais que faziam parte de uma coleção de 25 outras ossadas “recolhidas na região desde a década de 90 [e que] têm circulado por vários órgãos em Brasília. Não raro, são transportadas em caixas de papelão, próprias para biscoitos, por exemplo” (3).

Em 31 de março de 2023, no 59º aniversário do Golpe Civil-Militar, a imprensa divulgou que o Presidente Lula decidiu reconduzir ao cargo antigos integrantes da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, extinta por Jair Bolsonaro, em 2022 (Folha de S. Paulo 2023). No tocante ao Araguaia, espera-se que as várias ossadas encontradas sejam finalmente identificadas e que sejam realizadas novas viagens para escavações. As dificuldades são muitas após 50 anos da Guerrilha, pois várias testemunhas não existem mais (em muitos casos se recorrerá às memórias guardadas entre as gerações) e o espaço foi alterado não só pela ação da natureza, mas também dos interessados em não deixar vestígios. Portanto, mais uma vez deverá ocorrer o trabalho de organização e construção da memória.

### **Considerações finais**

A ascensão da extrema-direita no Brasil e a homenagem a um assassino confesso dos “terroristas” envolvidos na Guerrilha do Araguaia foram, de início, as razões que motivaram a necessidade de escrita deste artigo.

Através da discussão realizada, foi possível observar que as disputas pelas memórias da Guerrilha do Araguaia desaguam em um mar de narrativas que ocupa duas vertentes distintas: a dos que defendem que não houve uma Ditadura Civil-Militar no Brasil, mas sim, uma Revolução para combater uma ameaça comunista; e a dos que experienciaram esse fato e hoje se empenham para que essa parte arrevesada da história do Brasil venha à luz a partir do “resgate” e preservação das memórias dos vencidos.

A falta de interesse no trato sobre a temática fortalece a premissa de que determinados grupos se esforçam para ocultar a realidade dos fatos, pois ela não atrai a sua simpatia, o que aduz ao debate sobre o enquadramento da memória e como certas narrativas são criadas e perpassadas entre as gerações sem que ao menos seja comprovada a veracidade de sua significância.

Certa feita, também se mostrou relevante a pungente necessidade do coletivo social salvaguardar o passado na efervescência do presente, uma vez que existe parcela da sociedade que tem o interesse de resgatar a memória da Ditadura Civil-Militar por meio de um processo de construção e organização dos fatos ocorridos.

Restou-se evidente que o litígio acerca das memórias da Guerrilha do Araguaia é um assunto que requer um aprofundamento sobre os aspectos mais intrínsecos dos “anos de chumbo”, pois contar a história daqueles que “não têm história” é uma tarefa que esbarra na burocracia sistêmica brasileira e na morosidade das autoridades responsáveis pela proteção da memória no Brasil.

Logo, o estudo contínuo sobre a Ditadura Civil-Militar é um dos pilares fundamentais para a construção da verdadeira crônica sobre este hiato na história do país. É necessário que se mantenha uma constância na pesquisa sobre as memórias deste período para que as gerações futuras possam conhecer os eventos sem as distorções atribuídas por narrativas negacionistas.

### Bibliografia

- Almeida, Ronaldo de. 2020. “Evangélicos à direita”. *Revista Horizontes Antropológicos*. 26(58): 431.
- Rede Brasil Atual. 2019. “MPF volta a denunciar Major Curió por torturas e mortes”. <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/mpf-volta-a-denunciar-major-curio-por-torturas-e-mortes/>.
- Barbosa, Catarina. 2020. “Os crimes cometidos por Major Curió, torturador recebido por Bolsonaro no Planalto”. 2020. <https://brasildefato.com.br/2020/05/05/os-crimes-cometidos-por-major-curio-torturador-recebido-por-bolsonaro-no-planalto>.
- Benjamin, Walter. 1994. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. Obras escolhidas. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense.
- Brasil, 1964. “Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964”. *Cria o Serviço Nacional de Informações*. 1.
- Brasil, s.d. “Decreto Nº 60.664, de 2 de maio de 1967”. Acesso em 20 de agosto de 2023. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60664-2-maio-1967-401454-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Brasil de Fato. 2022. “Nova premiê da Itália, Meloni tenta se distanciar do fascismo em primeiro discurso”. <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/25/nova-premie-da-italia-meloni-tenta-se-distanciar-do-fascismo-em-primeiro-discurso>.
- Bezerra, Juliana. 2023. “Guerrilha do Araguaia”. <https://www.todamateria.com.br/guerrilha-do-araguaia/#:~:text=A%20Guerrilha%20do%20Araguaia%20foi,Tocantins%2C%20entre%201972%20e%201974>.

- Brito, Ricardo. 2021. "Bolsonaro questiona eficácia de vacinas e espalha fake news". <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-questiona-eficacia-de-vacinas-e-espalha-fake-news,0156cd80ff832bc20b22fba414dca7205wv180te.html>.
- Carta Capital. 2020. "Vítimas da ditadura ganham direito de resposta após governo exaltar Major Curió". <https://cartacapital.com.br/justica/vitimas-da-ditadura-ganham-direito-de-resposta-apos-governo-exaltar-major-curio>.
- — —. 2021. "MPF acusa 8 militares e um médico por crimes cometidos pela ditadura no Araguaia". <https://cartacapital.com.br/sociedade/mpf-acusa-8-militares-e-um-medico-por-crimes-cometidos-pela-ditadura-no-araguaia/>.
- Cordeiro, Janaina Martins. 2012. "Milagre, comemorações e consenso ditatorial no Brasil, 1972". *Confluenze – Rivista di Studi Iberoamericani*. 4(2): 82-102.
- Folha de S. Paulo. 2013. "Comissão da Verdade acompanhará sumiço de ossadas do Araguaia". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/09/1336286-comissao-da-verdade-acompanhara-sumico-de-ossadas-do-araguaia-diz-membro.shtml>.
- — —. 2023. "Governo quer recompor Comissão de Mortos e Desaparecidos". <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/03/governo-lula-quer-recompor-comissao-de-mortos-e-desaparecidos-com-dispensados-por-bolsonaro.shtml>.
- Forum, 2020. "MPF quer proibir governo Bolsonaro de fazer apologia à ditadura militar". <https://revistaforum.com.br/politica/governo-bolsonaro/2020/4/5/mpf-quer-proibir-governo-bolsonaro-de-fazer-apologia-ditadura-militar-72344.html>.
- Franca, Belisário. 2017. *Soldados do Araguaia*. Brasil: Urca Filmes.
- Jinkings, Ivana. 2016. "O golpe que tem vergonha de ser chamado de golpe". In *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto, apresentação. São Paulo: Boitempo. <https://www.amazon.com.br/Por-que-gritamos-golpe-impeachment/dp/8575595008?asin=B01IFD0WHO&revisionId=945bbec9&format=1&depth=1>
- Justamand, Michel e Mechi, Patricia Sposito. (2014). "Guerrilha do Araguaia: arqueologia, história e direitos humanos". *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. 8(2): 73-90.
- Le Goff, Jacques. 1990. *História e Memória*. Campinas: Unicamp.
- Longo, Ivan. 2020. "Bolsonaro é representado na PGR por apologia à ditadura". <https://revistaforum.com.br/direitos/2020/5/6/bolsonaro-representado-na-pgr-por-apologia-ditadura-74488.html>.

- Löwy, Michael. 2015. "Conservadorismo e Extrema-Direita na Europa e no Brasil". *Serviço Social e Sociedade*. 124: 653. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.044>.
- Mechi, Patrícia. 2013. "Camponeses do Araguaia: da guerrilha contra a Ditadura Civil-Militar à luta contemporânea pela terra". *Projeto História*. 167-195.
- Miguel, Luiz Felipe. 2016. "A democracia na encruzilhada". In *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*, organizado por Ivana Jinkings, Kim Doria e Murilo Cleto, cap. 3, parte 1. São Paulo: Boitempo.
- — —. 2021. "Despolitização e antipolítica: a extrema-direita na crise da democracia". *Argumentum*. 13(2): 2-5.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. 2013. "História, Memória e as disputas pela representação do passado recente". *Patrimônio e Memória*. 9(1): 56-70.
- Morais, Argus Romero Abreu de. 2019. "O Discurso Político da Extrema-Direita Brasileira na Atualidade". *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 20(1): 2-12. <https://doi.org/10.26512/les.v20i1.12129>.
- Morais, Tais e Silva, Eumano. 2005. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial.
- Nora, Pierre. 1993. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". *Projeto História*. 10: 7-28. <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>.
- Nossa, Leonencio. 2009. "Curió abre arquivo e revela que Exército executou 41 no Araguaia". <https://estadao.com.br/politica/curio-abre-arquivo-e-revela-que-exercito-executou-41-no-araguaia/>.
- O Estado de S. Paulo, 1972. "Em Ximboá, a luta é contra a guerrilha e o atraso". <https://acervo.estadao.com.br/pagina/>.
- Peixoto, Rodrigo Corrêa Diniz. 2011. "Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois". *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*. 6(3): 479-499. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222011000300002>.
- Pereira, Renato. Redação CNN. 2023. "Escavações arqueológicas em prédio de SP onde funcionou o DOI-Codi começam nesta quarta (2)". <https://cnnbrasil.com.br/nacional/escavacoes-arqueologicas-em-predio-onde-funcionou-o-doi-codi-comecam-nesta-quarta-feira-2/>.
- Poder 360, 2021. "Há 5 anos, Câmara abria impeachment de Dilma e Bolsonaro louvava Ustra". <https://poder360.com.br/governo/ha-5-anos-camara-abria-impeachment-de-dilma-e-bolsonaro-louvava-ustra/>.
- Pollak, Michael. 1989. "Memória, Esquecimento, Silêncio". *Estudos Históricos*. 2(3): 6-7.
- — —. 1992. "Memória e Identidade Social". *Estudos Históricos*. 5(10): 200-212.
- Recondo, Felipe. 2018. *Togas e Tanques: O STF e a Ditadura Militar*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Ribeiro, Ricardo. 2020. "Governo Bolsonaro é denunciado à Corte Interamericana por receber Curió e insultar vítimas da ditadura". <https://revistaforum.com.br/news/2020/5/7/governo-bolsonaro-denunciado-corte-interamericana-por-receber-curio-insultar-vitimas-da-ditadura-74586.html>.
- Rocha, Lucas. 2020. "Justiça exige que governo Bolsonaro se retrate por homenagear Major Curió, símbolo da tortura e assassinatos na ditadura". <https://revistaforum.com.br/politica/2020/12/16/justia-exige-que-governo-bolsonaro-se-retrate-por-homenagear-major-curio-simbolo-da-tortura-assassinatos-na-ditadura-87811.html>.
- Santos, Myrian Sepúlveda dos. 2012. *Memória coletiva e teoria social*. Annablume/Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Secom. 2020. "Bolsonaro recebe tenente-coronel que combateu a guerrilha comunista do Araguaia". Twitter, 05 de maio de 2020. <https://twitter.com/secomvc/status/1257727277485473796>.
- — —. 2023. "Secom publica direito de resposta a postagem da gestão Bolsonaro que ofendia vítimas do torturador Major Curió". <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/06/secom-publica-direito-de-resposta-a-postagem-da-gestao-bolsonaro-que-ofendia-vitimas-do-torturador-major-curio>.
- Senado, 2023. "Conheça os Heróis e Heroínas da Pátria". <https://12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/03/conheca-os-herois-e-as-heroínas-da-patria>.
- Sousa, Darcon e Sousa, Camilo Júnior. 2020. "Pontos de contato: as relações entre o discurso da extrema direita e a religiosidade evangélica no Brasil". *Movimentação*. 7(12): 4. <https://doi.org/10.30612/mvt.v7i12.11918>.
- Sousa, Reginaldo Cerqueira. 2019. "Guerrilha do Araguaia: violência, memória e reparação". *Projeto História*. 66: 178-219. <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2019v66p178-219>
- Veja. 2019. "Bolsonaro afirma que torturador Brilhante Ustra é um "herói nacional". <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional>.
- Telles, Janaína de Almeida. 2011. *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese de doutorado. Programa de História Social do Departamento de História do Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- — —. 2014. "Os segredos e os mitos sobre a Guerrilha do Araguaia (1972-1974)". *História Unissinos*. 18(3): 465-466. <https://doi.org/10.4013/htu.2014.183.03>.

**Francisco das Chagas Silva Souza**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pós-doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Campus Mossoró, onde é professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ensino (UERN/IFRN/Ufersa). Líder do Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Sociedade (G-TRES).

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9721-9812>

**Contato:** [chagas.souza@ifrn.edu.br](mailto:chagas.souza@ifrn.edu.br)

**Diana Rodrigues dos Santos**

Bacharela em Direito pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Atua como advogada pela OAB/RN e é membro do Grupo de Estudos em Trabalho, Educação e Sociedade (G-TRES).

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-0300-1032>

**Contato:** [di.rodrigues.santos@gmail.com](mailto:di.rodrigues.santos@gmail.com)

**Recebido:** 30/08/2023

**Aceito:** 20/11/2023